



Psicologia em Estudo

ISSN: 1413-7372

revpsi@uem.br

Universidade Estadual de Maringá

Brasil

Urban Kist, André; Lara Junior, Nadir  
O LUGAR DISCURSIVO IDEOLÓGICO DO “REVOLTADO” NO DISCURSO DA  
PSICOLOGIA E PSIQUIATRIA

Psicologia em Estudo, vol. 21, núm. 1, enero-marzo, 2016, pp. 137-148  
Universidade Estadual de Maringá  
Maringá, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=287146384015>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc



Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal  
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

## O LUGAR DISCURSIVO IDEOLÓGICO DO “REVOLTADO” NO DISCURSO DA PSICOLOGIA E PSIQUIATRIA

André Urban Kist<sup>1</sup>

Universidade do Vale dos Sinos - UNISINOS, Brasil.

Nadir Lara Junior

Universidade de São Paulo, USP, Brasil.

**RESUMO.** Este artigo tem como objetivo analisar a construção do lugar discursivo dos sujeitos revoltados a partir do Transtorno Desafiador de Oposição e do Transtorno de Conduta, nas descrições nosológicas presentes em artigos científicos e no Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos mentais – DSM-IV. A partir da Análise Lacaniana de Discurso, compreendemos o desejo de revolta como intrínseco às lutas pela transformação social, e relacionamos os campos da Psicologia e Psiquiatria como formações discursivas que podem estar a serviço da anulação desse desejo, deslegitimando ideologicamente a revolta, a partir dos referidos diagnósticos. A metodologia desse trabalho é análise documental. O tratamento dos dados nos apresenta que este lugar ideológico se estrutura a partir das seguintes categorias, a saber: *sujeitos adaptados, sujeitos produtivos, sujeitos obedientes e sujeitos amistosos*. A partir dessa análise, podemos concluir que há uma ‘psicopatologização’ de sujeitos ‘revoltados’ – aqueles que, de alguma maneira, se indispõem com o status quo operandi.

**Palavras-chave:** Análise do Discurso; Lacan, Jaques; comportamento antissocial.

## ANALYZING THE DISCURSIVE PLACE OF “REVOLTED” SUBJECTS IN PSYCHOLOGY AND PSYCHIATRY DISCOURSES

**ABSTRACT.** The aim of this article is to analyze the construction of the ideological discursive place of the subjects revolted from the Challenging of the Opposition Disorder and of the Conduct Disorder, in the descriptions nosological description present in scientific articles and in the Diagnostic and Statistical Manual of the mental Disorders – DSM-IV. From the Analysis of the Lacanian Discourse, we understand the desire of revolt how intrinsic to the struggles for the social transformation, and we make a list of the fields of the Psychology and Psychiatry as discursive formations that can be to service of the nullification of this desire, from the above-mentioned diagnoses. The methodology of this work is of documental analysis. The analysis of the data presents to us what this ideological place structures from the next categories, knowing: well-adjusted subject, productive subject; obedient subject and friendly subject. From this analysis we can conclud that there is a ‘psicopatologization’ of ‘revolted’ subjects – those who, in some way, turn against the status quo operandi.

**Keywords:** Discourse analysis; Lacan, Jacques; antisocial behavior.

## ANÁLISIS DE LA CONSTRUCCIÓN DEL LUGAR DISCURSIVO IDEOLÓGICO DEL SUJETO REVOLTOSO EN EL DISCURSO DE LA PSICOLOGÍA Y LA PSIQUIATRÍA

**RESUMEN.** Este artículo tiene como objetivo analizar la construcción del lugar discursivo ideológico de sujetos rebeldes de trastorno desafiador de oposición y trastorno de la conducta, en las descripciones nosológicas previstas

---

<sup>1</sup> E-mail: andre\_kist@hotmail.com

en los artículos científicos y en el Manual Diagnóstico y Estadístico de los Trastornos Mentales - DSM-IV. A partir del análisis lacaniano de discurso, entendemos el deseo de rebelarse como intrínseco a la lucha por el cambio social, y relacionar los campos de la psicología y la psiquiatría como formaciones discursivas que pueden ser de servicio a la anulación de ese deseo, de tales diagnósticos. La metodología de este estudio es un análisis de documentos. El tratamiento de los datos nos muestra que esta posición ideológica se estructura a partir de las siguientes categorías, a saber: los sujetos adaptados, sujetos productivos; sujetos súbditos obedientes y respetuosos. A partir de este análisis se puede concluir que existe una 'psicopatologización' de los sujetos 'revoltosos' - los que de alguna manera se caen con el *modus status quo*.

**Palabras-clave:** Análisis de discurso; Lacan, Jacques; conducta antisocial.

## Introdução

O presente artigo é parte de um trabalho de conclusão do curso de Psicologia e está ligado a um Grupo de Estudos e Pesquisa, espaço de desenvolvimento de pesquisas críticas que visam analisar elementos sobre a ideologia na política, sob o viés da Análise Lacaniana de Discurso. Nessa perspectiva, o objetivo deste artigo é a análise da construção do lugar discursivo ideológico dos sujeitos revoltados a partir do Transtorno Desafiador de Oposição e do Transtorno de Conduta, nas descrições nosológicas presentes em artigos científicos e no Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais – DSM-IV.

Nessa investigação, deparamo-nos com o diagnóstico do Transtorno Desafiador de Oposição, presente no Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais – DSM-IV (APA, 2002). Essas psicopatologias são descritas como sendo uma postura opositora e desobediente dos sujeitos frente às regras e referências da autoridade tradicional (pais, professores, chefes, governo). Apesar da psicologia e a psiquiatria não tratar diretamente do conceito 'revolta', percebemos uma ligação direta entre esse referido diagnóstico com o desejo de revolta, apontado por Kristeva (2000), pois os dois tratam de transgressão, a visão psicanalítica aponta para esse desejo como algo necessário para as mudanças sociais, porém o DSM-IV propõe psicopatologizar toda relação de descontentamento social.

Nesse sentido, se as posições do sujeito normalmente associados à rebeldia, oposição, negação são sintomas de uma doença, acabam assim encerrando (com um significante-mestre da ciência, o diagnóstico) a possibilidade de o sujeito construir novos significantes relativos à quebra de hierarquia, quebra de representações, divisão de poderes e assim provocar mudanças políticas profundas na sociedade.

Nesse sentido, a psicologia e a psiquiatria podem desempenhar um papel ideológico a partir de determinadas perspectivas e na forma explícita e implícita em que esses discursos compreendem e analisam o sofrimento dos sujeitos e a maneira que estes encontram para nomeá-los no laço social. Tomando a Análise Lacaniana de Discurso como epistemologia incluída em nosso método, mostramos que a linguagem não é neutra e os campos da psicologia e psiquiatria têm elementos históricos apontados por Parker (2014), que evidenciam um viés ideológico a serviço de um determinado funcionamento do corpus social (hegemônico) e de um determinado tipo de sujeito.

## Análise Lacaniana de Discurso (ALD): lugar discursivo e ideológico

Na perspectiva de Lacan (1992), para tratar da questão da linguagem e para compreender como se estrutura o laço social, faz-se mister considerar a primazia do significante sobre o significado. A partir disso, Lacan inverte a fórmula do significado e significante cunhada por Saussure.

Utilizando-se dos símbolos S1, S2 e q para sistematizar a inserção do ser humano na estrutura linguística, Lacan (1992) afirmou, por meio dos quatro discursos, que o S1 seria o significante primeiro, aquilo que precede a existência do sujeito, mas cuja marca o outro faz incidir no sujeito; o S2 seria o significado ou o efeito desse significante primeiro; e q seria justamente a decalagem entre S1 e S2, posto que estes não são iguais. Dessa forma, é por meio do Outro que o sujeito adentra na cadeia simbólica, na qual um significante remete sempre a outro significante, em um desdobramento que tende ao infinito.

O axioma lacaniano, segundo o qual o inconsciente é estruturado como linguagem, aponta justamente para a ideia de que o inconsciente é ordenado pela cadeia significante, ou seja, pela lei da linguagem. Pois, no inconsciente, há a marca feita pelo S1, advindo da estrutura da linguagem e de todos os significantes que vão se desdobrando desse significante primeiro ao longo da história de vida do sujeito. Isso porque, ao contrário do que muitos pensam, na leitura da psicanálise, a história do sujeito desempenha uma valiosa função na estrutura do inconsciente: é responsável por fazer uma determinada regulação do deslizamento da cadeia de significantes, permitindo que um significante remeta a outro significante que não é qualquer um, fornecendo ao inconsciente os *points de capiton* (pontos de estofo), que são, na estrutura subjetiva, aquilo que une, mesmo que temporariamente, um determinado significante a um determinado significado.

Para Parker (2013a, p 55), não se pode restringir esse axioma lacaniano a uma fórmula “Freud + Saussure = Lacan”, porque essa se torna reducionista, pois Lacan consegue formular uma teoria sobre linguagem bastante original, porém sem prescindir de suas bases epistemológicas. A tentativa de Parker e de muitos outros (Parker & Pavón-Cuellar, 2013) será propor uma espécie de originalidade da proposta teórica de Lacan sobre o discurso e suas possibilidades de análise na clínica e no âmbito das ciências. Para isso, dizem não “inventar” um novo método de análise de discurso, mas apenas demonstrar nos estudos de Lacan algo que está ali, mesmo que de maneira dispersa. Defendem esses autores que a ALD se torna apenas uma sistematização daquilo que já está em Freud e Lacan, quando eles se propuseram a analisar literatura, obras de arte, acontecimentos históricos juntos, obviamente, com os casos clínicos.

Ainda nesse sentido, Parker (2013a) propõe, a partir de uma leitura rigorosa e cuidadosa da obra de Lacan, 7 elementos que podem compor a ALD que, portanto, poderá ser usada para analisar discursos. Em outro trabalho, Parker (2013b) destaca como essa análise pode ser empregada em entrevistas e ainda Pavón-Cuellar (2013) demonstrará como a ALD pode ser aplicada para entender a realidade mexicana diante do narcotráfico.

Nessa perspectiva, nosso trabalho se baseia nessa tradição de ALD, no entanto, vamos nos valer de um modelo de compreensão e análise de dados propostos por Lara Junior e Jardim (2014)<sup>2</sup> que integram a essa perspectiva de ALD o conceito de ideologia, advindo da tradição francesa de Análise do Discurso (Pêcheux, 1995). A noção de ideologia surge nesse contexto, no qual a relação entre o simbólico e o político estabelece, historicamente, as formas de simbolização e significação nas relações de poder:

Consequentemente, o discurso se torna ideológico na medida em que se serve de diversas manobras para legitimar o poder de um sujeito ou de um grupo social em detrimento de outros. Assim, para legitimar o poder de um determinado grupo, é necessário que os sujeitos se identifiquem com um discurso em que a ideologia adquire o aspecto hierárquico da organização social para justificar a dominação de um ou uns em relação com outros (p.64).

Parece-nos coerente colocar o campo da psicologia e psiquiatria dentro de uma noção ideológica, pois como nos aponta Parker (2013c; 2014), quando nos referimos à psicologia, estamos em um campo que se instituiu a partir dos saberes psiquiátricos e psicanalíticos. Trata-se de uma rede discursiva de saberes que se entrelaça na história e na epistemologia (Mendéz, 2013). Encontramos, nesse sentido, duas questões importantes nesses campos: a relação histórica da psicologia e da psiquiatria com os sujeitos (e seus comportamentos) objetos da disciplina e certa noção de individualidade na qual esse campo se construiu, em torno de sujeito ideal e total que justifica essa relação histórica (Pêcheux, 1995).

Nesse sentido, quando a psicologia produz certa noção individualizada de sujeito, temos como resultado dessa operação a formação discursiva ideológica, porque toma o sujeito como supostamente ‘dono de si’ e autônomo, porém não assume qualquer relação com a história e com a política tornando-o objeto da ação de discursos hegemônicos que dominam e situam as pessoas em determinados lugares ideológicos, que por sua vez aprisiona o sujeito e delimita sua condição,

<sup>2</sup> Esse texto é publicado em espanhol e, portanto, as citações oriundas dessa referência são de tradução livre pelos autores.

estabelecendo uma relação de saber e poder que o oprime e submete. Como pontuam Lara Junior e Jardim (2014):

O lugar ideológico, portanto, aprisiona o sujeito em determinadas posições em que esse passa a responder às interpelações dos discursos hegemônicos, tornando assim natural as diversas formas de opressão. Nesse lugar, não é permitida a mobilidade e trânsito dos sujeitos para outras possibilidades discursivas. Nesse lugar ficam trabalhando na lógica do discurso do mestre e do douto, despossuídos do poder e do saber (p. 71-72).

Nessa lógica, entendemos que o discurso da psicologia e da psiquiatria, a partir dos diagnósticos de Transtorno de Conduta e Transtorno Desafiador de Oposição, imputam ao sujeito (que se indigna ou contesta as autoridades instituídas) um determinado lugar – doente mental – e não possibilita a construção de lugares discursivos em que essa posição desafiadora se torne um ato político que move as transformações sociais.

## **Percorso metodológico**

Nesse trabalho, utilizamos como estratégia para aquisição dos dados a análise documental, entendidos aqui como os artigos científicos publicados em revistas, assim como obras de referência, como o manual de Psiquiatria (Souza, Kantorski & Villa Luis, 2011).

Também utilizamos as ferramentas de pesquisa Google Acadêmico e BVS - Biblioteca Virtual em Saúde, pesquisando artigos científicos cujo título apresenta as variantes Transtorno Desafiador de Oposição; Transtorno Opositivo Desafiador e Transtorno de Oposição Desafiante. Fizemos o mesmo com o Transtorno de Conduta. Essa escolha se fez pela forma em que esses transtornos estão agrupados, junto com o Transtorno de Personalidade Anti-Social, os mais importantes dos transtornos disruptivos.

Em ambos os casos, optamos por analisar artigos em que os autores são da área da Psicologia e da Psiquiatria que assumiram o DSM-IV para fundamentar seus diagnósticos. Não ignoramos que, durante a escrita desse trabalho, introduz-se à comunidade científica o DSM-V, mas partimos do pressuposto de que considerar o tempo em que o DSM-IV foi vigente é mais propício para encontrar uma discussão mais ampla e diversa sobre o tema.

Em nossa análise de dados, encontramos sete (7) artigos que traziam no título o Transtorno Desafiador de Oposição, e cinco (5) artigos que apresentavam no título questões relacionadas ao Transtorno de Conduta, assim como analisamos 10 páginas da referida edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM-IV –, nas seções que competem à descrição do Transtorno de Conduta e Transtorno Desafiador de Oposição.

Na área da psiquiatria, encontramos os seguintes artigos que tratam do Transtorno desafiador de oposição, a saber: Serra-Pinheiro, Schmitz, Mattos e Souza (2004); Grevet et al., 2005; Serra-Pinheiro, Guimarães e Serrano (2005); Mattos, Serra-Pinheiro, Rohde e Pinto (2006); Grevet, Salgado, Zeni e Belmonte-de-Abreu (2007). E, tratando desse mesmo transtorno, encontramos na psicologia os seguintes artigos: Sá, Albuquerque e Simões (2008); Paulo e Rondina (2010). Na psiquiatria, encontramos os seguintes artigos que tratam do Transtorno de conduta: Scivoleto (2005); Silva (2011). Na psicologia, encontramos os seguintes artigos: Cruzeiro et al. (2008); Nunes e Werlang (2008); Ornelas e Oliveira (2009).

O Transtorno Desafiador de Oposição, catalogado no DSM-IV (APA, 2002) sob o número F91.3 – 313.81, é descrito como um transtorno em que os sujeitos apresentam “um padrão recorrente de comportamento negativista, desafiador, desobediente e hostil para com figuras de autoridade” (p.173), agrupados em 8 critérios diagnósticos, dentre eles a perda de paciência, a discussão com adultos, o desafio e a recusa frente a regras. O manual aponta que este diagnóstico é um antecedente evolutivo do Transtorno de Conduta.

Este último, de número F91.8 – 312.8 no DSM-IV (APA, 2002), situa um agrupamento de padrões repetitivos e recorrentes de “comportamento no qual são violados os direitos básicos dos outros ou normas ou regras sociais apropriadas à idade” (p.163). Dentre um conjunto de 15 critérios

diagnósticos, citamos as brigas corporais com outras pessoas, roubos e arrombamentos, destruição da propriedade alheia e outras violações de regras.

Primeiramente, durante a leitura dos artigos, agrupamos categorias parciais, como o *perfil e características dos sujeitos diagnosticados*. Pois, vimos nos artigos um esboço de características que compõem um perfil de sujeito, conforme o descrevemos a seguir: *Características dos Sujeitos diagnosticados com transtorno desafiador de oposição*: Desafiador (Mattos et al., 2006); Problemas para regular o comportamento (Serra-Pinheiro et al., 2004); Preguiçosos, pouco esforçados e fracassados (Grevet et al., 2005); Falta de atenção (Paulo & Rondina, 2010); Performance inferior (Serra-Pinheiro et al., 2004); Problemas na aprendizagem, resposta lenta e de menor qualidade, dificuldade em planejar, respostas repetitivas, menor capacidade de nomear e abstrair (Sá et al., 2008); Piores notas (Grevet et al., 2007); Agressivos (Grevet et al., 2007); Não se acalmam facilmente (Paulo & Rondina, 2010).

*Características dos Sujeitos diagnosticados com transtorno de conduta*: Desafiador e negativista em relação aos adultos, inadequação, dificuldade na criação de vínculos, problemas de adaptação à escola (Nunes & Werlang, 2008); Baixo rendimento escolar (Ornelas & Oliveira, 2009).

Apontamos também para algumas características do ambiente e de relações causais para o diagnóstico, que denominamos como a categoria parcial 'Fatores de Risco' atribuídos pelos autores como indícios ou determinações para 'desenvolvimento' do transtorno. Para tanto, destacamos os fatores de risco para os sujeitos com transtorno desafiador de oposição: Perda dos pais, brigas, nascimento de um irmão, abandono, ser o último a conseguir algo, violência na escola, ir ao dentista ou hospital, possuir diferença marcante (Paulo & Rondina, 2010); Pais divorciados e/ou com transtornos, baixo nível sócio-econômico (Serra-Pinheiro et al., 2004). Os fatores de risco aos sujeitos com transtorno de conduta: Cuidados maternos e paternos inadequados, viver em meio à discórdia conjugal, pais agressivos e violentos, transtornos nos pais, baixo nível sócio-econômico (Ornelas & Oliveira, 2009); Nível sócio-econômico baixo, bullying (Cruzeiro et al., 2008).

Outra categoria parcial criada foi a dos dados que apresentavam comportamentos, como uma descrição de alguns atos e ações dos sujeitos que podem ser diagnosticados com um dos transtornos: *Categoria parcial Comportamentos - transtorno desafiador de oposição*: Agir ao contrário do que se espera, não aceitar regras e não se adaptar às mudanças ambientais (Paulo & Rondina, 2010); Recusa escolar (Serra-Pinheiro et al., 2005); Discutir com adultos, recusa à pedidos e regras, encolerizar-se, aborrecer deliberadamente os outros, raiva, rancor e vingança (Sá et al., 2008); Desafio às figuras de autoridade, pais, chefes (Grevet et al., 2007). *Categoria parcial Comportamentos - transtorno de conduta*: Violão das normas sociais, quebra das regras, não têm pudor, desobedece muito na escola, atos agressivos, danos ao patrimônio (Nunes & Werlang, 2008); Isolamento social (Grevet et al., 2007); Comportamentos e reações agressivas, sedentarismo e reprovação na escola (Cruzeiro et al., 2008).

Por último, incluímos os aspectos relacionados aos *prognósticos*, que dizem do desenvolvimento futuro de comorbidades ou, dentro dessa perspectiva nosológica, ao desenvolvimento de um diagnóstico futuro, assim como das *consequências* (fatores gerais que os autores dos artigos incluem sobre os sujeitos diagnosticados) atribuídas à vida dos sujeitos. Segue a categoria parcial *Prognósticos e Consequências - transtorno desafiador de oposição*: Maior chance de desenvolver o transtorno de conduta (Serra Pinheiro et al., 2004, Grevet et al., 2007); Antecedente evolutivo do transtorno de conduta (Sá et al., 2008); Risco de desenvolvimento do transtorno de personalidade anti-social. Depressão, suicídio, problemas com o uso de drogas e conflito com a lei (Mattos et al., 2006). *Categoria parcial Prognósticos e Consequências - transtorno de conduta*: Transtorno de conduta prediz a possibilidade de desenvolvimento do Transtorno de Personalidade Anti-Social e/ou criminalidade (Cruzeiro et al., 2008; Nunes & Werlang, 2008; Grevet et al., 2007); Mau prognóstico para vida adulta, suicídio, depressão, abuso de drogas, problemas com a lei (Nunes & Werlang, 2008).

A sistematização desses dados apresentados, em forma de categorias parciais, contribuiu para o desenvolvimento do resultado final, articulado pela formulação e articulação do conceito de lugar ideológico.

## Análise dos dados

Em nossa análise final, articulamos o que apresentamos até aqui, sobre a Análise Lacaniana de Discurso, presentes no esquema encontrado em Lara Junior e Jardim (2014)<sup>3</sup>, para analisar discursos, mais precisamente lugares discursivos e ideológicos. Esse esquema foi preservado do ponto de vista teórico e modificado parcialmente, adaptado à realidade dos dados encontrados. Nessa perspectiva, estamos chamando de um efeito de sentido ideológico, da produção de *sujeitos adaptados*, como um lugar ideológico que anula o sujeito revoltado.

A partir da leitura e análise dos artigos que constam os diagnósticos de Transtorno de Conduta e Transtorno Desafiador de Oposição, lançamos três categorias de análise, a saber: *sujeitos que devem obedecer; sujeitos que devem produzir e os sujeitos que devem ser amistosos*.

Essas categorias, que decorrem de uma noção geral de *sujeitos adaptados*, foram criadas a partir da análise dos dados, a partir de uma marcação significante, que se apresentou na leitura dos artigos e manuais, assim como na análise das categorias parciais, indicando algumas formações discursivas de sentido sobre esses sujeitos.

### Análise da categoria 1: Os sujeitos produtivos

Introduzimos nossa primeira categoria, que visa enunciar a necessidade do caráter produtivo dos sujeitos encarnado nos discursos psiquiátricos e psicológicos, pois se os sujeitos com ambos os transtornos pesquisados têm falta de atenção (Serra-Pinheiro et al., 2004; Paulo & Rondina, 2010); performance inferior (Serra-Pinheiro et al., 2004); problemas de aprendizagem; resposta lenta e de menor qualidade; respostas repetitivas e menor capacidade de nomear e abstrair (Sá et al., 2008); baixo rendimento escolar (Ornelas & Oliveira, 2009); “piores notas” (Greve et al., 2007); são sedentários (Cruzeiro et al., 2008) e até “vistos como preguiçosos, pouco esforçados e fracassados” (Grevet et al., 2005, p. 309) – nesses diagnósticos podemos verificar como um determinado lugar ideológico a esses sujeitos está sendo construído e chancelado por esses discursos científicos, porque sugerem certos valores morais de uma determinada sociedade como regulador de condutas, que, em nosso caso, nos referimos a sociedade capitalista. Vemos também que estão cumprindo sua função de adaptar o sujeito ao meio, mesmo que isso signifique a afirmação de estereótipos.

Os indivíduos, interpelados como sujeitos improdutivos, sob a função ideológica de se tornarem mais produtivos e eficientes à realidade da produção, devem ser ativos e desejosos de sucesso, devem ter bom desempenho em suas ações de produção e até de lazer, eficiência e rendimento (lugar ideológico).

Essa demanda pode ser representada, no presente caso, pelos psicólogos, psiquiatras, olhando para os sujeitos a partir desse dogma: nesse viés, interpelam os sujeitos sob a lógica produtiva, criando um lugar ideológico de sujeitos ativos, esforçados, de bom desempenho, ‘reforçando positivamente’ as respostas adaptadas a partir desse lugar ou excluindo os sujeitos incapazes. Como mesmo aponta Grevet et al (2005), que a estratégia pública consiste em identificar os problemas, aumentar a cobertura de tratamentos e melhorar o desfecho *ocupacional*.

Muito das características citadas nos artigos decorrem de questões de conduta em um contexto escolar onde as categorias de “habilidade” e “inteligência” (Parker, 2014, p.11) estão profundamente arraigadas na noção de indivíduos e carregam um elemento ideológico aos sujeitos interpelados por essas noções: a partir dessas categorias, os únicos responsáveis por responder da forma esperada são os sujeitos, que devem ser produtivos ou incentivados a produzir ou demarcando aqueles que estão mais aptos a produção intelectual, reforçando paradigmas de uma divisão entre trabalho manual e intelectual (Parker, 2014).

Essas categorias acabam por justificar a exclusão desses sujeitos que não se enquadram no estereótipo de habilidade e inteligência. Conforme Parker (2014), essa “lógica de segregação” (p.122) cria meios de remoção de sujeitos mais difíceis de tratar, visto que cada vez mais as escolas sofrem

<sup>3</sup> Não traremos mais detalhamentos sobre esse esquema de análise de discurso, pois decidimos demonstrar sua aplicabilidade na análise que se segue. Para maiores detalhes consultar o artigo citado.

pressões para cumprir suas metas e “as crianças que são desordeiras ficam sob mais pressão para serem mais bem comportadas” (p.122) e, se não, são excluídas, são então medicalizadas.

### **Os sujeitos obedientes**

Aqui, partimos do ponto que a desobediência é a prerrogativa para a contestação crítica e a possibilidade de desconstruir paradigmas, regras e hierarquias, sendo um aspecto e uma postura fundamental à política contemporânea e à transformação social.

Os jovens desafiadores e com problemas de conduta são descritos como sujeitos que agem contrariamente ao que se espera e não aceitam regras (Nunes & Werlang, 2008; Paulo & Rondina, 2010). Quebram essas regras, mentem e faltam aula sem justificativa (Nunes & Werlang, 2008); têm problemas para regular o comportamento (Serra-Pinheiro et al., 2004); são desafiadores (Mattos et al., 2006; APA, 2002); recusam a escola (Serra-Pinheiro et al., 2005); discutem com adultos e recusam seus pedidos e regras (Sá et al., 2008; Nunes & Werlang, 2008) e desafiam as autoridades, sejam pais ou chefes (Grevet et al., 2007).

Aos sujeitos calados, podem surgir outros que simplesmente não se adaptam, tornam-se birrentos e incompreendidos, talvez violentos e criminosos por não seguir às normas. Se essas crianças e jovens recebessem nos espaços comunitários, nas escolas, nas associações de bairro (ou mesmo dos psicólogos e médicos para os quais são encaminhados) algum tipo de escuta que os reconhecessem como sujeitos, assim como condições estruturais econômicas e sociais para desenvolver-se (condições dignas de alimentação, moradia, educação, etc...), será que essa postura de desobediência seria simplesmente uma infantilidade infundada?

Esse é um lugar ideológico, portanto, de estagnação e reprodução de normativas estabelecidas como verdades a serem seguidas e consequente anulação dos sujeitos, já que os sujeitos obedientes devem seguir tudo como algo dado, sem contestação e reivindicação junto ao laço social. Esse tipo de imposição visa excluir e afastar as diferenças, submeter os sujeitos à exploração, perpetuar os ideais essencialistas de famílias, etnias e tantos outros modelos.

Certamente, aquilo que se chama de ‘birra’, ou ‘cabeça-dura’ está para além de um comportamento e uma posição, por isso nos perguntamos: por que não refletir sobre o que esses jovens estão desafiando? Que posturas e modelos de autoridade, então, colocariam no lugar? Quais regras são possíveis de ser abolidas, recriadas, inventadas?

A dimensão política de uma postura de ‘oposição’ escapa ao entendimento psicológico centrado nos indivíduos, visto que o ideal muitas vezes é simplesmente modificar o comportamento (Serra-Pinheiro et al., 2004) desses sujeitos: ou seja, se desobedecem, devem passar a obedecer.

Se a esses sujeitos resta apenas isso (obedecer), o discurso hegemônico parte de uma noção da reprodução dos ideais normativos, das regras hierárquicas e autoritárias, das relações desiguais colocadas como ‘naturais’ no sistema capitalista, representados aqui pela psicologia e psiquiatria contribuindo na reprodução desses ideais normativos.

É a dimensão normativa apontada por Mendéz (2013) e Parker (2013c, 2014), como reguladora daquilo que é considerado anormal historicamente na Psiquiatria, Psicologia, pois, os sujeitos que questionam a realidade pré-estabelecida estão contrapondo o modelo normativo de onde partem os discursos psicológicos e psiquiátricos sobre os sujeitos interpelados como indivíduos livres, autônomos, que devem viver de acordo com o que esses discursos impõem como ideal.

A interpelação desses sujeitos como ‘desobedientes’ tem a função de torná-los submissos e passivos às normas, regras e padrões sociais, visto que o descontentamento desses sujeitos em relação a isso deve ser anulado e não colocado em movimento de enunciação, como Quinet (2009) aponta sobre a perspectiva de anulação do sintoma, que não é ética em relação ao sujeito ou àquilo que ele quer dizer e não está conseguindo.

### **Os sujeitos amistosos**

Tratamos nesse ponto de certa noção de relativização da violência, da qual discordamos. Afinal, a desigualdade de condições e possibilidades não é uma violência que pode gerar outras violências? Por

exemplo: as escolhas políticas por obras superfaturadas, desperdiçando dinheiro público possível de ser investido em educação, saúde ou outras questões que tangem à coletividade, não seriam um ato de violência?

A relativização da violência é o que nos faz considerar algumas coisas como naturais, outras não. Chamamos Bertolt Brecht, quando o personagem Macheat da Ópera dos Três Vintens pergunta: "O que é o assalto a um banco comparado a fundação de um banco? O que é o assassinato de um homem, comparado com a contratação de um homem?" (Brecht, 1992, p.192, citado em Milreu, 2010)

Ao trazer radicalidade de Brecht, não estamos tentando de modo algum justificá-la ou justificar algum tipo de violência. Mas, suas perguntas ilustram o que queremos dizer com a relativização da violência e sua importância ideológica. A opressão e exploração (algo pelo qual entendemos ser legítimo se revoltar) gera a pobreza, cuja criminalização desta é um dos meios de sua reprodução: é preciso considerar nos diferentes meios de análise, como um país como o Brasil se formou; os processos de escravização do povo negro; as imigrações; a formação das cidades; as reformas urbanas; os pensamentos eugenistas e higienistas que ocorreram ao longo dos anos.

Temos, portanto, os sujeitos interpelados como revoltados e violentos pelos discursos da psicologia e psiquiatria, que podem compor parte dessa visão contraditória e ideológica da violência. Descritos como agressivos (Grevet et al., 2007; Nunes & Werlang, 2008) e verbalmente abusivos (Nunes & Werlang, 2008); raivosos, rancorosos e vingativos (Sá et al., 2008); usuários ou possíveis usuários abusivos de drogas (Serra-Pinheiro et al., 2005; Nunes & Werlang, 2008; Cruzeiro et al., 2008); que apresentam ou apresentarão problemas com a lei (Serra-Pinheiro et al., 2005; Grevet et al., 2007; Cruzeiro et al., 2008), pouco parece sobrar para esses sujeitos no que diz respeito ao futuro. Atribui-se ainda a possibilidade de suicídio e depressão (Serra-Pinheiro et al., 2005; Nunes & Werlang, 2008) como desdobramento desses transtornos.

O discurso hegemônico de nossa sociedade parte da normatividade das relações hierarquizadas que devem ser mantidas e obedecidas e de concepções sobre a violência que responsabilizam unicamente os sujeitos. A interpelação ideológica aos sujeitos como violentos pode ter a função de torná-los amistosos, dóceis, passivos, neutros e, se esse comportamento não for normalizado e normatizado, estão predestinados aos problemas com a lei e a consequência disso, a prisão. O lugar ideológico aqui é dos sujeitos que não devem revidar ou responder, devem ser 'bonzinhos'.

Por último, temos o lugar dos sujeitos amistosos e calmos que arranjam à construção de um lugar ideológico que contrapõe os sujeitos revoltados e violentos, exigindo-lhes que se tornem sujeitos adaptados que não irão revidar às violências da exploração e da opressão.

Entendemos que essa noção parte de uma noção enviesada e isolada da violência, que se dissocia da possibilidade de entender o que o ato violento pode querer dizer. Interpela os 'sujeitos violentos' para que se tornem 'bons' e que, portanto, não podem revidar ou contrapor às violências que os sistemas de opressão exercem sobre eles, por exemplo. Aos sujeitos que seguem com seus 'maus comportamentos', devem ser isolados como tentativa de correção, por meio do sistema prisional ou tratados para que transformem sua raiva em cordialidade, calma, docilidade.

Ferrari (2006) aponta que os discursos relacionados à violência, normalmente estão num âmbito quantificável numa tentativa de redução à objetividade "demonstrando-a por meio de estatísticas" (p. 50) o que tem como consequência que "o sentido do que ela porta pouco importa" (p. 50).

Lacan, no texto *A agressividade em psicanálise* (1998), aponta que "a agressividade se manifesta numa experiência que é subjetiva por sua própria constituição" (p.105) e sendo que a psicanálise se constitui no âmbito da dimensão dos sentidos, somente o sujeito pode compreender o sentido e, assim, "todo fenômeno de sentido implica um sujeito" (p.105). A anulação dos sujeitos é bastante evidente em relação à quantificação do fenômeno de violência.

Do mesmo modo, em *Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia* (1998), Lacan aponta sobre a necessidade das questões relacionadas à transgressão, que não podem ser concebidas fora de sua dimensão sociológica, em que as teorias antropológicas evidenciaram a dimensão de leis positivas em todas as sociedades, assim como todos os tipos de transgressão dessas leis, percebidas como crime nesse laço social.

A importância dessa constatação, segundo esse mesmo autor, é da dimensão do ato de ruptura com a lei, da agressividade e da violência no laço social, no qual a categoria de responsabilidade visa

incluir os membros de determinada sociedade na relação com a lei e sua transgressão (é um problema de todos), assim como a responsabilidade do sujeito que tem o ato violento de transgressão: trata-se do mal-estar do sujeito relacionado à inserção na cultura (Lacan, 1998).

Notamos aí que o sujeito tem sua posição assegurada, apenas levando em conta o fator subjetivo implícito nessa relação e que, portanto, se tratamos da dimensão de sujeitos violentos, que é a característica acentuada nos manuais, isso diz muito pouco sobre a relação do sujeito com sua cultura, além do óbvio de que existem sujeitos que transgridem as leis e colocam em ato aquilo que não conseguem dizer, como sua indignação e sofrimento de viver em um laço social no qual não se sentem parte (ou são muito afetados pelas desigualdades materiais), são excluídos.

As condições do dizer são anuladas sob essa interpelação ideológica aos sujeitos violentos. Assim como as condições de produção do dizer, quando um discurso hegemônico retira-se de uma análise crítica da sociedade e dos processos de inserção na cultura. A tríade *sujeitos produtivos, obedientes e amistosos* compõe a noção dos sujeitos adaptados ao laço social capitalista, noção protagonizada aqui pelos discursos da psicologia e psiquiatria sobre os sujeitos que devem estar contentados com a realidade, interpelando sujeitos como responsáveis por seus fracassos ou sucessos, dispensando as diferentes possibilidades e dificuldades encontradas no âmbito social para a mudança de suas reais condições.

### Considerações finais

Primeiramente, apontamos para o termo 'antisocial', demonstrado no DSM-IV e nos artigos estudados, porque eles nos remetem a ideia de que os sujeitos devem ser adaptados ao social e não ser 'antisociais' ou revoltados, desobedientes. Por isso, o termo antisocial pode portar deslocamentos de significado, quem sabe significantes relacionados ao que não se deve ser, ao que não se deve fazer e até mesmo contra o que não se deve opor: o sistema social capitalista, as normas das empresas, as regras do trabalho, o padrão da produção, pensamento, aquilo que está instituído, etc...

Essa associação de transtornos não deixa de aparecer nos materiais referentes. Os autores constantemente afirmam que o Transtorno Desafiador de Oposição é um fator de risco para Transtorno de Conduta (Serra-Pinheiro et al., 2004; Sá et al., 2008; Grevet et al., 2007) e o DSM-IV o aponta como um antecedente evolutivo do Transtorno de Conduta, sendo que Mattos et al. (2006) atribuem a possibilidades de prognóstico para Transtorno de Personalidade Antissocial.

Os casos de Transtorno de Conduta como fator de risco são apresentados com maior ênfase na relação em deslocamento para o Transtorno de Personalidade Antissocial (Cruzeiro et al., 2008; Grevet et al., 2007; APA, 2002). Marmorato e Andrade (2011) citam uma pesquisa que chegou ao resultado de que 45% dos jovens com Transtorno de Conduta tornam-se Antissociais.

Em relação ao DSM-IV e a relação de continuidade dos transtornos, entendemos que há essa relação colocada implicitamente, pois aponta que o Transtorno Desafiador de Oposição deve ser constatado caso não se enquadrem os critérios do Transtorno de Conduta e para este vale o mesmo com o Transtorno de Personalidade Antissocial (desde que o sujeito tenha mais de 18 anos).

Essa relação revela uma noção fatalista que os discursos da psicologia e da psiquiatria colocam os sujeitos numa relação direta com o significante antisocial: desajustados, excluídos, inadequados ao social. Como nos afirma Silva (2011), em um dos artigos que encontramos na seleção analisada:

Essas relações lógicas e de exclusão indicam a suposição de um desenvolvimento dos comportamentos antisociais no qual a severidade dos sintomas aumenta e o caráter incapacitante se agrava, indicando um prognóstico bastante negativo. É exatamente a validade preditiva dessas relações lógicas que interessa aos pesquisadores, ainda que não haja consenso sobre a evolução e a intersecção entre os casos de comportamento disruptivo e as suas diferentes fases ao longo da vida. (p.170)

Outro aspecto que poderíamos incluir em relação à noção geral do sujeito antissocial que deve se adaptar é da recorrente atribuição dos transtornos com problemas na escola oriundos de *suspensão, expulsão e recusa* (Serra-Pinheiro et al., 2004; Serra-Pinheiro et al., 2005; Cruzeiro et al., 2008, APA, 2010), devido a importância na relação com a educação como uma noção fundamental da inserção social, onde a escola é um dos representantes institucionais organizados de maior importância. Apenas dois artigos (Nunes & Werlang, 2008; Scivoletto, 2009) fazem alguma reflexão crítica do papel da escola, da necessidade de dialogar e construir melhorias com os sujeitos sem unicamente responsabilizar os ‘transtornados’ pelos seus problemas, refletindo sobre criar estratégias diversificadas para lidar com as ‘desobediências’, a violência, os problemas de aprendizagem.

A relação que os autores fazem da relação dos sujeitos diagnosticados sendo potencializadas em famílias de nível socioeconômico baixo (Serra-Pinheiro et al., 2004; Cruzeiro et al., 2008; Nunes & Werlang, 2008; Ornelas & Oliveira, 2009, Marmorato & Andrade, 2011) nos soam como nitidamente ideológicas, visto que não estão nem sequer relacionadas à uma análise crítica sobre o contexto das desigualdades no Brasil e no mundo, supondo mera fatalidade aos sujeitos incluídos nessa associação relacional.

Da mesma forma, alguns autores seguem atestando normativas extremamente retrógradas como associar os transtornos com pais separados e ter padrasto ou madrasta (Serra-Pinheiro et al., 2004), estar num contexto de “discórdia conjugal” (Ornelas & Oliveira, 2009, p. 107), e família numerosa demais (APA, 2010), caindo nas prerrogativas de uma suposta noção de normalidade.

Quando não encontramos esse movimento às normas da composição familiar ideal, relaciona-se a presença de outros transtornos mentais e usos de drogas por parte dos pais, assim como incompetência e ignorâncias destes (Serra-Pinheiro et al., 2004; Ornelas & Oliveira, 2009), ou dizendo que os sujeitos que tem uma “diferença marcante” (Paulo & Rondina, 2010, p. 06) poderão apresentar o diagnóstico de Transtorno Desafiador de Oposição, retirando-se de uma posição crítica diante dos discursos normativos (citados acima, na sua relação com ideais de família, casamento, sexualidade etc.) e da possibilidade dos sujeitos existirem e não serem doentes fora dessas normativas.

Essa relação normativa é histórica nos discursos psicológicos e psiquiátricos, como apontam Mendéz (2013) e Parker (2013c, 2014). Desde um discurso de suposto saber sobre a vida dos sujeitos, sobre como eles devem se comportar para ‘viver bem’, assim como numa demanda social onde o ‘anormal’ era aquilo que não se enquadrava nas percepções elitistas e preconceituosas dos cientistas, médicos, políticos, que isolavam os sujeitos diferentes, pobres, loucos.

Esses discursos causam um aprisionamento dos sujeitos numa relação causa-efeito, da qual não se consegue sair, a não ser discutindo a questão da pobreza, das relações familiares e comunitárias, do uso de drogas, e da violência nas relações desses sujeitos com a cultura, ou seja, a relação deste com sua exterioridade, assim como os diferentes discursos relacionados, ponto que não encontramos em nenhum artigo.

Para Kristeva (2000), um dos aprendizados que Freud deixou como herança é de que

...a felicidade só existe ao preço de uma revolta. Nenhum de nós se satisfaz sem enfrentar um obstáculo, uma proibição, uma autoridade, uma lei que nos permita nos avaliar, autônomos e livres. A revolta que se revela acompanhando a experiência íntima da felicidade é parte integrante do princípio do prazer. Aliás, no plano social, a ordem normalizadora está longe de ser perfeita e gera os excluídos: os jovens sem empregos, os suburbanos, os desempregados, os estrangeiros, entre tantos outros. Ora, quando esses excluídos não têm a cultura-revolta, quando devem se contentar com ideologias retrógradas, com show e divertimentos que estão longe de satisfazer a exigência de prazer, tornam-se briguentos (p.23).

Segundo esta autora, o termo revolta já aparece em Freud no texto *Totem e Tabu*, onde os filhos revoltados matam o Pai Primevo, que gozava de todas as regalias do grupo primitivo e fazia o que queria com a comida, com as mulheres, a partir de suas vontades.

Esse ato, aliado ao momento em que os filhos compartilharam a carne do pai morto, lhes rendeu um sentimento de ambiguidade: identificaram-se às qualidades do pai e isso lhes rendeu uma sensação de arrependimento, por isso criaram uma imagem que representa seu ancestral, eternizando

e sublimando essa identificação com algo que antes temiam. Em último caso, o poder do pai foi diluído entre os membros, gerando maior liberdade entre eles, firmando um laço social baseado no desejo de inclusão e compartilhamento (Kristeva, 2000).

Percebemos, portanto, que essa revolta é um ato de desobediência, de ir contra um estatuto social que está pré-determinado aos sujeitos, que gera diferentes submissões e posições autoritárias sobre os sujeitos. Esse ato garante ao sujeito um compartilhamento de desejos e dos poderes em que ele se identifica: um caráter 'antisocial' que visa maior desejo pelo 'social', pela construção de uma coletividade. As posturas relacionadas à desobediência, desafio às autoridades, oposição, são marcadamente importantes para que os sujeitos tenham condição de se revoltar, e essa revolta não deveria ser deslegitimada.

A possibilidade de os sujeitos se repositionarem contra aquilo que os opõe, de enfrentar os medos e anseios, de fazer falar o absurdo que é conhecer regras sem perguntar-se sobre sua arbitrariedade, faz-se por meio de um desejo de revolta. E esse desejo, parece-nos ideologicamente apagado pelos discursos psiquiátricos e psicológicos.

## Referências

- American Psychiatric Association [APA] (2002). *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais*. Porto Alegre: Artmed.
- Cruzeiro, A. L. S., Silva, R. A., Horta, B. L., Souza, L. D. M., Faria, A. D., Pinheiro, R. T. et al. (2008). Prevalência e fatores associados ao transtorno da conduta entre adolescentes: um estudo de base populacional. *Cadernos de Saúde Pública*, 24 (9) Recuperado em outubro, de 2014, de <http://www.scielosp.org/pdf/csp/v24n9/07.pdf>.
- Ferrari, I.F. (2006). Agressividade e violência. *Psicologia clínica*, 18 (2) Recuperado em novembro, de 2014, de <http://www.scielo.br/pdf/pc/v18n2/a05v18n2.pdf>.
- Grevet, E. H., Bau, C. H. D., Salgado C. A. I., Ficher, A., Victor, M. M., Garcia, C., Souza, N. O., Nerung, L., & Belmonte-de-Abreu, P. (2005). Concordância entre observadores para o diagnóstico em adultos do Transtorno de Deficit de Atenção e Hiperatividade e Transtorno de Oposição Desafiante utilizando o K-SADS-E. *Revista Arquivos Neuropsiquiatria*, 63 (2-A) Recuperado em setembro, de 2014, de <http://www.scielo.br/pdf/amp/v63n2a/a19v632a.pdf>.
- Grevet, E. H., Salgado, C. A. I., Zeni, G., & Belmonte-de-Abreu, P. (2007). Transtorno de oposição e desafio e transtorno de conduta: os desfechos no TDAH em adultos. *Jornal brasileiro de psiquiatria*, 56 (1) Recuperado em setembro, de 2014, de <http://www.scielo.br/pdf/jbpsiq/v56s1/a08v56s1.pdf>.
- Kristeva, J. (2000). *Sentido e contra-senso da revolta: Poderes e limites da psicanálise I*. Rio de Janeiro: Editora Rocco.
- Lacan, J. (1998). *Escritos*. Rio de Janeiro: J. Zahar.
- Lacan, J. (1992). *O Seminário, Livro XVII: O Avesso da Psicanálise*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- Lara Junior, N., Jardim, L.P.(2014). Aporte psicoanalítico para el análisis de os lugares discursivos e ideológicos. *Teoría y crítica de la psicología*, 4, Recuperado em junho, de 2014, de <http://teocripsi.com/documents/4LARA.pdf>.
- Marmorato, P. G., Andrade, E. R. (2011). Transtornos da conduta na infância e transtorno da personalidade antisocial. In M. R. L. Neto & T. A. Cordás (Orgs.), *Transtornos de Personalidade* (pp.88-101). Porto Alegre: Artmed.
- Mattos, P., Serra-Pinheiro, M. A., Rohde, L. A., Pinto, D. (2006). MTA-SNAP-IV em português para uso no Brasil. *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul*, 28(3), Recuperado em setembro, de 2014, de <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/70163/000599500.pdf?sequence=1>.
- Mendéz, F.F. (2013) Del diagnóstico a la demanda: asistencia, conocimiento y enfermedad mental. *Teoría y crítica de la psicología*, 3, Recuperado em julho, de 2014, de <http://teocripsi.com/documents/3FERRANDEZ.pdf>.
- Milreu, I. (2010). O que é roubar um banco comparado com fundá-lo? - De Brecht a Piglia. *Revista Rascunhos Culturais*, 1(1) Recuperado em novembro, de 2014, de <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3715345>.
- Nunes, M. M. S. & Werlang, B. S. G. (2008). Transtorno de déficit de atenção/hiperatividade e transtorno de conduta: aspectos familiares e escolares. *ConScientiae Saúde*, 7 (2) Recuperado em setembro, de 2014, de [http://www.uninove.br/PDFs/Publicacoes/conscientiae\\_saude/csaude\\_v7n2/cnsv7n2\\_3g.pdf](http://www.uninove.br/PDFs/Publicacoes/conscientiae_saude/csaude_v7n2/cnsv7n2_3g.pdf)
- Ornelas, M. M. T. & Oliveira, S. F. (2009). Transtorno de Conduta. *Pedagogia em ação*, 1(1) Recuperado em outubro de 2014, em <http://periodicos.pucminas.br/index.php/pedagogiacao/article/view/657/672>.
- Parker, I. (2014). *Revolução na Psicologia: da alienação à emancipação*. Campinas: Editora Alínea.
- Parker, I. (2013a). Análisis lacaniano de discurso em Psicología: siete elementos teóricos. In I. Parker & D. Pavón-Cuellar (Orgs.), *Lacan Discurso, Acontecimiento. Nuevos análisis de la indeterminación textual*. México: Plaza y Valdés Editores.

- Parker, I. (2013b). Estudios Psicossociales: análisis lacaniano de discurso negociando um texto de entrevista. In I. Parker, I. & D. Pavón-Cuellar (Orgs.), *Lacan Discurso, Acontecimiento. Nuevos análisis de la indeterminación textual*. México: Plaza y Valdés Editores.
- Parker, I. (2013c). *Psicanálise Lacaniana: Revoluções em subjetividade*. São Paulo: AnnaBlume.
- Parker, I. & Pavón-Cuellar, D. (2013). *Lacan Discurso, Acontecimiento. Nuevos análisis de la indeterminación textual*. México: Plaza y Valdés Editores.
- Paulo, M. M. de, Rondina, R. C. (2010). Os principais fatores que contribuem para o aparecimento e evolução do transtorno desafiador opositor (tdo). *Revista Científica Eletrônica de Psicologia*, (14), 01-07. Recuperado de [http://faef.revista.inf.br/imagens\\_arquivos/arquivos\\_destaque/QdPKbe2jpxSiL8z\\_2013-5-13-15-9-34.pdf](http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/QdPKbe2jpxSiL8z_2013-5-13-15-9-34.pdf)
- Pavón-Cuellar, D. (2013). De la palabra al acontecimiento: límites, posibilidades y desafíos del análisis lacaniano de discurso: In I. Parker & D. Pavón-Cuellar (Orgs.), *Lacan Discurso, Acontecimiento. Nuevos análisis de la indeterminación textual*. México: Plaza y Valdés Editores.
- Pêcheux, M. (1995). *Semântica e discurso: Uma crítica a afirmação do óbvio* (2<sup>a</sup> ed.). Campinas: Unicamp.
- Quinet, A. (2009). *Psicose e laço social: esquizofrenia, paranóia e melancolia*. (2<sup>a</sup> ed.). Rio de Janeiro: J. Zahar.
- Sá, D. S. F., Albuquerque, C. P., & Simões, M. M. R. (2008). Avaliação Neuropsicológica da Perturbação de Oposição e Desafio. *Psicologia, Saúde e Doenças*, 9(2) Recuperado em agosto, de 2014, de <http://www.redalyc.org/articulo.ox?id=36219057009>.
- Scivoletto, S. (2005). Avaliação diagnóstica de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco social: transtorno de conduta, transtornos de comunicação ou "transtornos do ambiente"? *Revista Psiquiatria Clínica*, 36(5) Recuperado em setembro, de 2014, de [http://www2.fm.usp.br/gdc/docs/programaequilibrio\\_187\\_155Avaliacao%20diagnostica%20em%20criancas%20em%20situacao%20de%20risco%20%20transtornos%20do%20ambiente.pdf%281%29.pdf](http://www2.fm.usp.br/gdc/docs/programaequilibrio_187_155Avaliacao%20diagnostica%20em%20criancas%20em%20situacao%20de%20risco%20%20transtornos%20do%20ambiente.pdf%281%29.pdf).
- Serra-Pinheiro, M. A., Guimarães, M. M., & Serrano, M. E. (2005). A eficácia de treinamento de pais em grupo para pacientes com transtorno desafiador de oposição: um estudo piloto. *Revista Psiquiatria Clínica*, 32(2) Recuperado em outubro de 2014 em <http://www.scielo.br/pdf/rpc/v32n2/a02v32n2.pdf>.
- Serra-Pinheiro, M. A., Schmitz, M., Mattos, P., & Souza, I. (2004). Transtorno desafiador de oposição: uma revisão de correlatos neurobiológicos e ambientais, comorbidades, tratamento e prognóstico. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 26(4) Recuperado em outubro, de 2014, de <http://www.scielo.br/pdf/rbp/v26n4/a13v26n4.pdf>.
- Silva, L. R. F. (2011). Transtorno da conduta: uma oportunidade para a prevenção em saúde mental? *Interface*, 15(36) Recuperado em setembro, de 2014, de <http://www.scielo.br/pdf/icse/v15n36/a13v1536.pdf>.
- Souza, J., Kantorski, L.P., Villar Luis, M.A. (2011). Análise documental e observação participante na pesquisa em saúde mental. *Revista Baiana de Enfermagem*, 25(2) Recuperado em 02 de fevereiro, de 2016, de <http://www.portalser.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/5252>

Recebido em 20/07/2015

Aceito em 16/02/2016

André Urban Kist: Psicólogo graduado pela Universidade do Vale dos Sinos - UNISINOS. Mestrando no Programa de Ciências Sociais da UNISINOS.

Nadir Lara Junior: Psicólogo, mestre e doutor em Psicologia Social pela PUC - SP. Pós-doutorando em Psicologia Clínica na USP.